

Índice

Apresentação	5
Proveniência dos textos	13
Monarquia das ordens	
1. Lei da almotaçaria de 26 de dezembro de 1253. Reinado de D. Afonso III	17
2. Cortes de Évora de 1325. Reinado de Afonso IV. Avenças sobre o preço almotaçado. Restrições ao exercício do ofício de corretor de transações no mercado. Lei de 1327 sobre proibição de exportação de ouro e prata	19
3. Cortes de Santarém de 1331. Reinado de Afonso IV. Portagens. Venda de gado alheio e de outras coisas de vento. Compra do vinho para revenda e sua venda fora dos lugares do costume. Usura dos oficiais do rei	21
4. Álvaro Pais (1332). Práticas comerciais censuráveis	23
5. Lei sobre proibição da usura (c. 1340). D. Afonso IV	25
6. Ordenações Afonsinas (1447). Mitigações da usura	27
7. Cortes de Évora de 1481-1482. Reinado de D. João II. Açambarcamento de cereais	30
8. Frei João Sobrinho (1483). Se é lícita a atividade dos mercadores	30
9. Frei Bartolomeu dos Mártires (c. 1551). Censurabilidade dos monopólios	32
10. João de Barros (1552). Comércio livre, exclusivo do comércio	33
11. Pedro de Santarém (1552). Para além da usura. A mobilização de capitais no transporte de mercadorias por mar	33
12. Ordenações Filipinas (1603)	35
13. Frei Serafim de Freitas (1625). Se é lícito ao príncipe ou à república afastar um estrangeiro do seu comércio	37
14. Duarte Ribeiro de Macedo (1675). Comércio externo como escambo. Efeitos da concorrência. Proteção das indústrias nascentes	39
	237

MONOPÓLIOS E RESTRIÇÕES DA CONCORRÊNCIA

Absolutismo

15. Tratado de Methuen de 27 de dezembro de 1703 43
16. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1791). Tabela de preços. Concorrência 44
17. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1794). Prejuízos na concessão de exclusivos. Vantagens da concorrência. Metrôpole e colônias como espaço comercial único 46
18. José Acúrsio das Neves (1800). Liberdade e monopólio no comércio dos grãos 48
19. Joaquim José Rodrigues de Brito (1803). Agricultura e concorrência 53
20. José da Silva Lisboa (1804). O sistema económico liberal como remédio contra as restrições à agricultura, indústria e comércio 54
21. Alvará de 28 de abril de 1809 56
22. Tratado de amizade, comércio e navegação de 19 de fevereiro de 1810 59
23. Silvestre Pinheiro Ferreira (1813). «Dar a lei no mercado» no comércio entre nações 62
24. José Acúrsio das Neves (1814). Máquinas, inventos e sua importação 65
25. José Acúrsio das Neves (1814). Regulamentos das autoridades. Tabela de preços. Proibições 67

Liberalismo

[1.º período]

26. José Acúrsio das Neves (1820). Atravessadores. Tratados de comércio 73
27. Constituição de 23 de setembro de 1822. Direito de propriedade. Igualdade perante a lei 74
28. Carta Constitucional de 29 de abril de 1826. Privilégios. Direito de propriedade. Igualdade perante a lei. Liberdade de comércio e indústria 75
29. José Ferreira Borges (1831). Monopólios, proteção da indústria nacional e direitos proibitivos 76
30. Código Comercial de 18 de setembro de 1833. Liberdade de comércio. Constituição das companhias de comércio. Proibição de o sócio concorrer com a sociedade. Selos e marcas 78
31. José Ferreira Borges (1834). Monopólios e outras restrições da concorrência 79
32. Constituição de 4 de abril de 1838. Privilégios. Direito de propriedade. Liberdade de comércio e indústria 82
33. José Ferreira Borges (1839). Monopólios e monopolistas. Direitos aduaneiros 82
34. Silvestre Pinheiro Ferreira (1844). Associações de trabalhadores 86
35. Silvestre Pinheiro Ferreira (1844). Monopolistas, públicos e privados, atravessadores e vendedores ambulantes. Intervenção das autoridades nos setores da agricultura e minas 90

ÍNDICE

36. Silvestre Pinheiro Ferreira (1845). Concorrência no mercado	93
37. Silvestre Pinheiro Ferreira (1845). Concorrência mundial	97
38. Silvestre Pinheiro Ferreira (1845). Contra os tratados de comércio	101
39. Basílio Alberto de Sousa Pinto (1845). Por uma criminalização liberal dos atentados à concorrência	103
[2.º período]	
40. Código Penal aprovado por decreto de 10 de dezembro de 1852	106
41. Decreto de 31 de dezembro de 1852. Dos privilégios de invenção ou de introdução de novos inventos	107
42. Joaquim Henriques Fradesso da Silveira (1860). Proteção das indústrias e liberdade de comércio	109
43. Duarte Gustavo Nogueira Soares (1860). Liberdade de comércio e proteção da indústria	117
44. S. B. A. (1860). Concorrência internacional e proteção das indústrias nacionais	123
45. Lei das sociedades anónimas de 22 de junho de 1867	127
46. Código Civil português aprovado por carta de lei de 1 de julho de 1867	127
47. Francisco Luís Gomes (1867). Monopólio ou regulação na cunhagem de moeda. Liberdade de circulação de capitais	130
48. J. J. Rodrigues de Freitas (1877). Liberdade de circulação fiduciária	132
49. Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1878). Unidade de circulação fiduciária	138
50. Convenção assinada em Paris em 20 de março de 1883, confirmada e ratificada por carta régia de 17 de abril de 1884. União para a proteção da propriedade industrial	143
51. Código Comercial aprovado por carta de lei de 28 de junho de 1888. Proibições de concorrência	145
[3.º período]	
52. José Frederico Laranjo (1891). Uma conceção evolucionista da concorrência. Concentração das empresas. Organização bancária. Defesa dos direitos protetores	146
53. Carta de lei de 21 de maio de 1896. Propriedade industrial. Concorrência desleal	165
54. Ato adicional à convenção de 20 de março de 1883, assinado a 14 de dezembro de 1900 em Bruxelas, ratificado e confirmado por carta de lei de 8 de agosto de 1901. Concorrência desleal	167
55. Lei de 11 de abril de 1901. Sociedades por quotas. Proibição de concorrência	167
56. José Caeiro da Mata (1906). Os monopólios em geral e os monopólios fiscais	167

MONOPÓLIOS E RESTRIÇÕES DA CONCORRÊNCIA

57. José Lobo d'Ávila Lima (1910). Concorrência desleal. Marcas. Nomes. Indicações de proveniência. Segredos. Fórmulas 175
58. Constituição de 21 de agosto de 1911. Privilégios. Direito de propriedade. Liberdade de trabalho, indústria e comércio 181
59. José Maria de Andrade Saraiva (1913). Trusts e carteis. A concentração comercial e industrial como estágio atual da evolução económica 182
60. Marnoco e Sousa (1914). Livre concorrência *versus* organização da economia com sindicatos industriais, associações de trabalhadores e intervenção do Estado. Concentração de empresas. Legislação de defesa da concorrência 187
61. Armindo Monteiro (1923). Concessão ou administração direta dos serviços locais de interesse geral? 202
62. Bento Carqueja (1926). Preços de monopólio e de quase monopólio. Intervenção dos poderes públicos em relação aos preços. Restrições à liberdade de indústria. Monopólios. Vantagens e inconvenientes das coligações 209